

Assembleia

Intermunicipal



N

No passado dia 14 de Janeiro, decorreu no auditório da Biblioteca Municipal de Faro a sessão de instalação da Assembleia Intermunicipal e eleição da Mesa. Foram eleitos para a Mesa da Assembleia Intermunicipal:

- Presidente: Luís Manuel Fernandes Coelho – Presidente da Assembleia Municipal de Faro
- Vice-Presidente: José Vítor da Silva – Membro da Assembleia Municipal de Faro
- Secretário: Fernando Reis Luís – Presidente da Assembleia Municipal de Monchique.

A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da AMAL, Constituída por 72 membros, eleitos por cada uma das assembleias municipais dos 16 municípios (3 membros dos municípios até 10.000 eleitores, 5 membros dos municípios entre 10.001 e 50.000 eleitores e 7 membros dos municípios entre 50.001 e 100.000 eleitores).

A constituição actual da Assembleia é a seguinte:

- 34 membros do PS • 33 membros do PSD • 2 membros da CDU • 2 membros do BE • 1 membro do MDI •

Tem como principais competências: a aprovação das opções do plano, orçamento, mapa de pessoal e dos documentos de prestação de contas; acompanhar e fiscalizar a actividade do Conselho Executivo; aprovar a celebração de protocolos relativos a transferências de atribuições ou tarefas, bem como pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução dos interesses próprios da Comunidade Intermunicipal.

Pelo facto da AMAL ser de âmbito regional, correspondendo à NUTS II - Algarve, à Assembleia Intermunicipal compete também, até que sejam instituídas as regiões administrativas, a aprovação dos instrumentos de planeamento e gestão de âmbito regional (equipamentos de saúde, rede educativa e de formação profissional, segurança e protecção civil, mobilidade e transportes, equipamentos culturais, desportivos e de lazer) e ainda a elaboração dos planos intermunicipais de ordenamento do território, entre outros.



Reunião do Conselho Executivo

ECOVIDA – Avaliação e perspectivas de continuidade

A AMAL em colaboração com a CCDR Algarve elaborou o “Relatório de Avaliação Inicial da Ecovia do Litoral”. O referido relatório procura de forma objectiva avaliar a execução das obras e aferir a concordância entre as soluções propostas no programa preliminar e a execução efectiva no terreno.

A avaliação foi efectuada a dois níveis: as intervenções sobre os pavimentos (intervenção horizontal); e as intervenções no domínio da sinalética (intervenção vertical).

O relatório conclui que 29,9% dos troços entre aglomerados (cerca de 48 km de Ecovia) ainda não foram executados. Dos troços executados, 26% do total, cerca de 41 KM, estão de acordo com o previsto. Cabe ressaltar que 7% (11 Km) das intervenções efectuadas foram classificadas como trechos de referência para a Ecovia, pois foram particularmente bem sucedidos, superando largamente as propostas iniciais ao nível dos pormenores, remates e instalação de equipamento adicional, beneficiando também de excelente enquadramento paisagístico.

No que respeita aos troços urbanos (linha azul) a solução proposta foi temporária mas até ao momento apenas num traçado foram implementadas soluções definitivas, tornando-se assim numa referência para os restantes.

Relativamente à sinalética, na generalidade poder-se-á afirmar que cerca de 20% dos sinais se encontram comprometidos por diversos problemas relacionados basicamente com vegetação,

limpeza, deterioração parcial ou total, pelo que é imprescindível que se promova um acompanhamento mais próximo para evitar/minimizar este problema.

Ao nível da infra-estrutura da Ecovia, sabendo que as últimas orientações relativas ao turismo ciclável enunciam que este perfil de turista procura rotas que sejam contínuas, seguras, agradáveis e bem sinalizadas, poder-se-á assumir que estes requisitos constituem os principais objectivos a atingir a este nível. Todas as intervenções, quer sejam melhoramentos ou execuções, devem adoptar as orientações técnicas estabelecidas pela Federação Europeia de Cicloturismo –ECF, para que esta entidade homologue a totalidade do traçado da ecovia, como parte da Rota n.º 1 da Rede Eurovelo.

Em termos organizacionais deverá também ser assegurado um conjunto de objectivos para que os investimentos realizados tenham o maior retorno, nomeadamente:

- Assegurar a validação da rota pela ECF;
- Definir uma estratégia de promoção e comunicação;
- Promover uma efectiva articulação com os operadores turísticos num quadro de gestão da rota;
- Procurar desenvolver uma plataforma de reclamações que permita a recepção, encaminhamento e tratamento de reclamações e sugestões.

Legislação de Interesse para os Municípios

- **Resolução da Assembleia da República n.º 112/09, de 18 de Dezembro** - Prorrogação do prazo da entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.
- **Lei n.º 116/09, de 23 de Dezembro** - Prorroga por 360 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal.
- **Lei n.º 117/09, de 29 de Dezembro** - Segunda alteração à Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais.

- **Portaria n.º 1452, de 29 de Dezembro** - Define os códigos de actividade económica (CAE) correspondentes a várias actividades.
- **Portaria n.º 1453/09, de 29 de Dezembro** - Modifica, transitoriamente, durante o ano de 2010, o prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego.
- **Lei n.º 119/09, de 30 de Dezembro** - Primeira alteração à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Reunião FEADER – Escolas

Decorreu no passado dia 28 de Dezembro a reunião com o Ministro da agricultura, com o objectivo de esclarecer a integração das escolas no FEADER. Não obstante o Sr. Ministro desconhecer os compromissos assumidos anteriormente relativamente a esta matéria, manifestou o maior interesse em resolver a situação no âmbito do PRODER.

PO ALGARVE 21 – Contratualização

Prevê-se que até ao final do mês de Janeiro a CCDR Algarve lance o aviso de concurso relativo à Mobilidade Territorial para os projectos contratualizados com a AMAL.

Deliberou o Conselho Executivo solicitar à CCDR Algarve o lançamento com a maior brevidade possível do aviso do referido concurso, tendo em consideração um prazo de seis meses para a apresentação de candidaturas. Caso não seja possível lançar o aviso no prazo proposto, sugeriu-se a abertura de concursos de forma faseada durante 2010.

Face ao atraso que a CCDR Algarve tem demonstrado na transferência para a AMAL dos processos contratualizados, bem como da respectiva aplicação informática o Conselho Executivo deliberou manifestar junto daquela entidade a sua apreensão.

Promoção de serviços na Ecovia

Vão ser colocados links na página da internet da Ecovia para as empresas que operam no mesmo segmento de mercado (aluguer de bicicletas, actividades de animação turística e serviços de reservas e actividades relacionadas).

Concurso Público para aquisição de Inertes e Materiais Auxiliares de Construção

O Conselho Executivo da AMAL acordou avançar com estes procedimentos, cujo valor base é de 147.000 euros e 95.000 euros respectivamente, através da Câmara Municipal de Faro, pelo que a AMAL já remeteu as peças base dos concursos públicos e a constituição do agrupamento de entidades adjudicantes para a Câmara Municipal de Faro

Programa de Combate à Obesidade Infantil

Projecto Escola Activa – Na sequência da apresentação deste projecto ao Conselho Executivo, a Direcção Regional de Educação do Algarve solicitou à AMAL a divulgação da proposta de calendário para reunir com os Municípios.

- **Portaria n.º 1456/09, de 30 de Dezembro** - Fixa o valor médio de construção por metro quadrado para vigorar em 2010.
- **Portaria n.º 1457/09, de 31 de Dezembro** - Actualiza o valor de referência e o montante do complemento solidário para idosos e revoga a Portaria n.º 1547/2008, de 31 de Dezembro.
- **Portaria n.º 1458/09, de 31 de Dezembro** - Estabelece as normas de execução da actualização transitória das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social e das pensões do regime de protecção social convergente para o ano de 2010 e revoga a Portaria n.º 1514/2008, de 24 de Dezembro.

Volta ao Algarve em Bicicleta

A Associação de Ciclismo do Algarve solicitou a cooperação da AMAL, para que todos os Presidentes de Câmara do Algarve subscrevam um manifesto sobre a importância da Volta ao Algarve para a região, reivindicando apoios do Turismo de Portugal para a transmissão televisiva em directo.

O Conselho Executivo determinou que a decisão caberá a cada um dos Municípios.

AEDMADA - Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e Apoio ao Diabético do Algarve

Na sequência da cessação do protocolo celebrado entre a AMAL e a AEDMADA, esta entidade solicitou à AMAL que os municípios atribuísem donativos com o objectivo de poder dar continuidade ao trabalho que a associação tem vindo a desenvolver. O Conselho Executivo deliberou remeter o ofício para conhecimento de todos os Municípios. Caberá a cada um deliberar a atribuição do respectivo subsídio.

Regulamento da Central de Compras da AMAL

A proposta relativa à Constituição da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Algarve (CC-AMAL), bem como do seu Regulamento foi apresentada ao Conselho Executivo, o qual após análise detalhada deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta e remetê-lo para aprovação da Assembleia Intermunicipal.

Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral

O Conselho Executivo deliberou agendar uma reunião para dia 26 de Janeiro, pelos 10:00H., na sede da AMAL entre a Presidência da AMAL e a Presidência desta Associação de Municípios, com vista a debater os seguintes assuntos:

- Interesses em comum do QREN;
- Ligação de Alta Velocidade;
- Constituição da Central de Compras da AMAL;
- Região da Europa;
- Outros assuntos de interesse comum.

Conselho Executivo

A próxima reunião ordinária do Conselho Executivo vai realizar-se no próximo dia oito de Fevereiro, pelas quinze horas, na sede da AMAL.

- **Portaria n.º 21/2010, de 11 de Janeiro** - Fixa os valores das classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a Portaria n.º 1371/2008, de 2 de Dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 5/2010, de 15 de Janeiro** - Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2010.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2010, de 20 de Janeiro** - Aprova a Iniciativa Emprego 2010, destinada a assegurar a manutenção do emprego, a incentivar a inserção de jovens no mercado de trabalho e a promover a criação de emprego e o combate ao desemprego.

PYROSUDOE

No âmbito do Projecto INTERREG IVB – PYROSUDOE, sobre a “Cultura de Risco de Incêndio nas Zonas de Interface Urbano-Florestal”, decorreu nos dias 13, 14 e 15 de Janeiro de 2010, o 4.º encontro de Peritagem Cruzada, no anfiteatro da Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

Em termos gerais, o objectivo deste Projecto é, através das diferentes acções desenvolvidas, melhorar as políticas de gestão da Interface Urbano-Florestal em benefício da prevenção do risco de incêndios, de modo a reduzir as ameaças para a população e infra-estruturas e proteger o ambiente e o meio natural, construindo estratégias recíprocas entre os vários actores do espaço «SUDOE».

Neste encontro, além da AMAL, participaram todos os parceiros do projecto nomeadamente: três entidades do Sudoeste de França (Conseil Général du Gard, Office National des Forêts e Association Régionale de Defense des Forêts Contre l’Incendie Région Aquitaine) e três regiões espanholas (Consejería de Médio Ambiente de la Junta de Andalucía, Govern de les Illes Balears e Diputacion Provincial de Teruel). Estas visitas de peritos têm por objectivo promover o intercâmbio de experiências com os peritos das regiões parceiras sobre a temática “Gestão da Interface Urbano-Florestal e dos fogos rurais” tendo em vista a melhoria das capacidades operacionais dos gestores desses espaços e criar uma rede de gestores das Zonas de Interface Urbano-Florestal.

Este encontro consistiu na realização de um Seminário e de uma visita de estudo, entre todos os parceiros e entidades regionais e nacionais ligadas à temática da Defesa da Floresta Contra Incêndios (protecção civil, bombeiros municipais, gabinetes técnicos florestais, entre outros) e de Oficinas de trabalho entre os parceiros do projecto.

No dia 13 realizou-se o Seminário onde foram apresentados o Dispositivo de Prevenção Estrutural contra Incêndios Florestais, pela Autoridade Florestal Nacional (AFN), o Dispositivo de Prevenção Operacional contra Incêndios Florestais, pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Dispositivo de Luta Contra Incêndios Florestais, pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC). A AFN apresentou ainda um balanço dos incêndios florestais de 2009, nomeadamente dos localizados nas áreas de Interface Urbano-Florestal e, seguidamente, das acções de sensibilização desenvolvidas. Estas apresentações visaram informar e promover o debate, entre os parceiros do Projecto e as entidades ali representadas, sobre a organização do país e da região, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Na manhã do segundo dia do encontro realizou-se uma visita de estudo à maior área ardida, no Algarve em 2009, nos concelhos de São Brás de Alportel e de Tavira. O objectivo desta visita foi mostrar aos parceiros em que condições ocorrem os maiores incêndios florestais na região e que infra-estruturas (casas, etc.) são afectadas. Nesta área, além de uma breve caracterização física, edafo-climática, ecológica, demográfica e de infra-estruturas (rede viária e pontos de água) pelo Gabinete Técnico Florestal de Tavira, foi descrita em detalhe, pela Autoridade



Nacional de Protecção Civil, as condições climáticas e a actuação em termos de combate a este incêndio florestal em concreto. Foram debatidas também as questões de acessibilidade ao local e edificação afectada.

No período da tarde e no dia seguinte realizaram-se Oficinas de Trabalho, entre os parceiros, para debater diversas questões nomeadamente a avaliação das visitas realizadas à região da Andaluzia e do Algarve, a constituição do Comité Científico, e a comunicação, também se analisaram e desenvolveram os temas técnicos: Cartografia das Interface Urbano-Florestal e Retorno de experiência sobre o comportamento das interfaces após-incêndio.